



GOVERNO X CONGRESSO

Haddad escalado para desarmar as bombas

Ministro terá o desafio de negociar com o Parlamento propostas em tramitação que podem enterrar de vez o novo arcabouço fiscal. Entre as matérias, está a PEC do quinquênio, com risco de onerar os cofres públicos em mais R\$ 42 bilhões por ano

» ROSANA HESSEL
» EVANDRO ÉBOLI
» ÁNDREA MALCHER
» ALINE BRITO

Jim Watson / AFP



Para analistas, está cada vez mais complicado o trabalho de Haddad de cumprir os compromissos do governo de alcançar o equilíbrio fiscal

Na próxima semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai ter um desafio enorme para tentar negociar com o Congresso um freio nas pautas-bombas que começaram a pipocar — em meio às disputas entre o Legislativo e o Executivo — e podem jogar por terra qualquer ambição do governo de conseguir equilibrar as contas públicas.

Entre elas, está a proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede um bônus de 5%, a cada cinco anos, a magistrados, promotores, procuradores, entre outras categorias do Legislativo mais abastadas. A chamada PEC do quinquênio, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, pode onerar os cofres públicos em mais R\$ 42 bilhões por ano.

Economistas e técnicos do governo reconhecem que ainda não dá para mensurar o verdadeiro tamanho do buraco que as pautas-bombas, desenterradas pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), podem ampliar no inevitável rombo fiscal que o mercado financeiro está projetando para este ano e o próximo.

Os buracos orçamentários que serão abertos, se medidas como a PEC do quinquênio forem aprovadas, sepultarão de vez o novo arcabouço fiscal, aprovado pelo Congresso no ano passado, lembram os especialistas.

“A PEC do quinquênio, por exemplo, se aprovada pelo Congresso, vai ter um efeito em cascata em todo o Judiciário e vai gerar um problema sério entre os funcionários públicos que ganham menos, como os professores”, destacou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

Ele lembrou que, além da manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, provocando uma despesa adicional de R\$ 50 bilhões até 2027, outra bomba fiscal perigosa é a manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado na pandemia e que, entre 2024 e 2026, deve onerar os



Se essa PEC do quinquênio prosseguir, vai quebrar o país e os estados. Quebra fiscalmente o país. Não sei como o Senado aprovou isso. É um desserviço ao país, vai causar um impacto brutal”

José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara

cofres públicos em R\$ 15 bilhões.

A Fazenda havia proposto o término do benefício neste ano junto com a medida provisória da reoneração da folha, que perdeu a validade. “Esse é outro problema seríssimo, porque já estão cogitando ampliar o número de empresas favorecidas no Perse e estender o benefício até 2027”, acrescentou.

Complicação

O consultor André Perfeito, mestre em economia política pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), reconheceu que fica cada vez mais complicado o trabalho de Haddad de cumprir os compromissos do governo de alcançar o equilíbrio fiscal.

“Está evidente que o Palácio do Planalto entrou numa rota de colisão com o Congresso, e se esse tensionamento continuar, implicará que a vida do ministro Haddad não será simples. Ele

tem que avançar as pautas que sobram no ano passado, como a regulamentação da reforma tributária, e ainda buscar complementos para a recomposição das receitas em um cenário macroeconômico mais desafiador, com aumento de incertezas internas e externas”, alertou.

O especialista lembrou que com a perspectiva de os Estados Unidos começarem a reduzir os juros apenas no fim do ano deve jogar mais pressão para que, aqui, o Banco Central reduza o ritmo de queda da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,75% ao ano.

E, dada à falta de receitas para conseguir entregar um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) em 2025, a equipe econômica enviou ao Congresso, na segunda-feira, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, reduzindo a meta fiscal de resultado positivo

Almoço no Planalto

Do almoço de ontem no Palácio do Planalto, participaram os líderes do governo na Câmara,

José Guimarães; no Senado, Jaques Wagner, e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), além dos ministros da Casa Civil, Rui Costa; das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; e da Secom, Paulo Pimenta. O encontro foi realizado para alinhar o governo com as pautas do Congresso, diante de uma semana de tensão entre Padilha e o presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), e sinalizações contrárias ao governo no Parlamento.

de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero, a mesma de 2024. Contudo, estimativas do Tesouro Nacional, em março, já apontavam um rombo de 0,5% do PIB, neste ano, passando para um saldo negativo de 0,4% do PIB, em 2025.

Lideranças do governo saíram da reunião de ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva orientados a conter no Legislativo projetos que sabotem a área econômica e que compliquem a situação fiscal do país. Para obter sucesso no objetivo, o chefe do Planalto deve se reunir com Lira e tentar pacificar a relação do Executivo com a Câmara, crise que dura mais de uma semana.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), deixou o encontro com o presidente reconhecendo que a relação segue abalada e necessita de um “conserto aqui e outro acolá”.

“Tem que ter sempre sintonia com o presidente Arthur Lira. Precisa (a relação) de um conserto aqui e outro acolá. Mas nada que atrapalha a nossa vontade. E o presidente Lira tem vontade de aprovar os projetos de interesse do país”, frisou Guimarães.

Ele confirmou a determinação do chefe do Planalto de colocar a base do governo para focar nas pautas econômicas. “O presidente Lula pediu para atuarmos votando e construindo consenso, principalmente na área econômica”, reiterou.

A aprovação da PEC do quinquênio na CCJ do Senado causou extrema irritação. A matéria pode ir ao plenário na semana que vem. Pacheco apoia esse adicional no salário das carreiras do Ministério Público e da magistratura.

Guimarães é pura revolta com essa decisão dos senadores. E atacou até os aliados que votaram pela aprovação da proposta. “Se essa PEC do quinquênio prosseguir, vai quebrar o país e os estados. Quebra fiscalmente o país. Não sei como o Senado aprovou isso. É um desserviço ao país, vai causar um impacto brutal, quebra os estados e a União”, enfatizou.

Lula deve se encontrar também com Pacheco, com quem mantém uma relação bem distinta da estabelecida, neste momento, com Lira.

Entidade reage à PEC: “Privilégio injusto e ultrapassado”

O instituto República.org divulgou um protesto contra a PEC do quinquênio. Para a entidade, o parecer do relator Eduardo Gomes (PL-TO), que inclui juizes, promotores e procuradores da República, defensores públicos “e — numa manobra ainda mais elástica — também membros da Advocacia-Geral da União (AGU) e conselheiros dos Tribunais de Contas”, aumenta as desigualdades salariais entre as carreiras do funcionalismo público.

“O Brasil é um campeão mundial da desigualdade, e a disparidade da remuneração no setor público é gritante. Metade dos servidores brasileiros recebe salário igual ou menor a R\$ 3,4 mil mensais. Precisamos, sim, repor perdas salariais, depois de 42%

de inflação desde 2016 — mas quinquênios e supersalários não são a maneira de fazê-lo”, enfatizou. “A PEC só aumenta o fosso que separa uma elite do funcionalismo de sua base. E, no lugar de valorizar o serviço público, contribui para reforçar uma imagem negativa na sociedade”, acrescentou a instituição, no manifesto *O Brasil não merece a vergonha da volta dos quinquênios*.

Conforme o República.org, caso o plenário do Senado e a Câmara aprove o retorno do bônus, “a PEC vai inscrever na Constituição Federal um privilégio injusto e ultrapassado”.

“Esse sistema, que permite aumentos salariais a cada cinco anos, considera apenas o tempo de serviço como critério para

beneficiar as categorias dos operadores da Justiça, passando longe de submetê-los aos quesitos modernos de produtividade e desempenho”, frisou. “A volta dos quinquênios é uma forma oficial de burlar o limite constitucional aos salários dos servidores no país, cujo teto é a remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal — atualmente de R\$ 44 mil.”

O manifesto destacou que o teto “já é desrespeitado pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, que adotam vários penduricalhos para fazer os ganhos de seus membros ultrapassar o limite legal”.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fala em aprovar a PEC do quinquênio

com o projeto de lei que combate os supersalários no serviço público. Porém, esse PL, aprovado pelos deputados desde 2021, segue parado no Senado.

A entidade fez duras críticas a Pacheco e afirmou que a matéria está parada por “inação do presidente do Senado, que só aceita colocá-la em votação se os quinquênios forem restabelecidos pela PEC”. “Ou seja, uma lei ordinária pode até limitar os supersalários, mas eles serão garantidos como cláusula da Constituição.”

“Os congressistas deveriam buscar o melhor para o país, conhecendo as modernas formas de gestão de pessoas e os melhores exemplos internacionais”, acrescentou. (AM)

Edilson Rodrigues/Agência Senado



A PEC do quinquênio foi aprovada na CCJ do Senado por 18 x 7